

RECLAMAÇÃO Nº 39.203 - SP (2019/0323129-5)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
RECLAMANTE : **RUMO MALHA PAULISTA S.A**
RECLAMADO : **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
INTERES. : **ABILIO BELIZARIO RODRIGUES**

EMENTA

RECLAMAÇÃO. 1. EXAURIMENTO DA INSTÂNCIA ORDINÁRIA. ADMISSIBILIDADE, EM TESE. 2. PLAUSIBILIDADE DO DIREITO NÃO EVIDENCIADA. ACIDENTE EM LINHA FÉRREA. CONCORRÊNCIA DE CAUSAS. CONFIGURAÇÃO. TESE FIRMADA NO JULGAMENTO DE RECURSO REPETITIVO. RESP N. 1.172.421/SP. 3. LIMINAR INDEFERIDA.

DECISÃO

Cuida-se de reclamação promovida por Rumo Malha Paulista S.A, fundada nos arts. 105, I, *f*, da Constituição Federal, 988, II e IV, *c/c* 985, § 1º, do Código de Processo Civil de 2015 e 187 do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado:

AGRAVO INTERNO. ACIDENTE EM LINHA FÉRREA. RESPONSABILIDADE CIVIL. CONCORRÊNCIA DE CAUSAS. CARACTERIZAÇÃO (TEMA 518). AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DO DESACERTO DA APLICAÇÃO DO ENTENDIMENTO ESTABELECIDO PELO STJ EM JULGAMENTO REPETITIVO. DECISÃO MANTIDA. RECURSO DESPROVIDO.

Em sua exordial, a reclamante aduz, em suma, que o Tribunal de origem ignorou a tese firmada no julgamento do REsp n. 1.172.421/SP, sob o rito dos recursos repetitivos, que reconheceu a possibilidade de exclusão da responsabilização da concessionária quando cabalmente comprovada a culpa exclusiva da vítima em acidente em via férrea.

Afirma que, "ao longo da instrução processual restou demonstrado que o acidente narrado na exordial decorreu de culpa, única e exclusiva, da vítima, o que excluiria qualquer tipo de responsabilidade da ora Reclamante, razão pela qual seria impossível a

aplicação do Recurso Especial nº 1.172.421/SP ao caso em espeque, haja vista que não houve qualquer contribuição da Reclamante para a ocorrência do fatídico acidente" (e-STJ, fl. 14).

Assevera, ainda, que "foram trazidos todos os documentos necessários a comprovar que a Reclamante adota todas as medidas de segurança, como a passagem de nível e sinalização, tendo o maquinista igualmente adotado todas as medidas de segurança possíveis, reduzindo a velocidade ao adentrar em perímetro urbano, acionado a buzina e mantidos acesos os faróis da locomotiva" (e-STJ, fl. 16).

Requer a suspensão liminar do feito.

Ao final, pugna pela procedência da presente Reclamação, "para cassar, reformar (artigo 992 do CPC) e sustar de imediato (artigo 993 do CPC) os efeitos do acórdão que contraria frontalmente a tese firmada no julgamento do REsp 1172421/SP, posto que inaplicável ao caso em concreto, haja vista inexistir similitude fática" (e-STJ, fl. 23).

Brevemente relatado, decido.

De início, afigura-se de rigor assinalar que está inaugurada a competência desta Corte Superior para a análise da presente reclamação, merecendo, assim, conhecimento.

Isto porque, a reclamação fundamentada no art. 988, § 5º, II, do CPC/2015 demanda o esgotamento das instâncias ordinárias, o que, por sua vez, se efetiva apenas "com o julgamento do agravo interno interposto contra a decisão do tribunal de origem que não admitiu o recurso especial, haja vista a previsão expressa do § 2º do artigo 1.030 do Código de Processo Civil de 2015" (AgInt nos EDcl na Rcl 35.338/SP, Rel. Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Segunda Seção, julgado em 16/10/2018, DJe 23/10/2018).

Em que pese à admissibilidade do petitório em estudo, o pleito preambular não comporta provimento, porquanto não evidenciada a plausibilidade do direito vindicado, ao menos em juízo de cognição perfunctória.

No mérito, conforme relatado, a reclamante argumenta que o Tribunal de origem aplicou erroneamente a tese firmada no julgamento do REsp n. 1.172.421/SP, sob o

rito dos recursos repetitivos.

Segundo foi decidido no mencionado precedente, no caso de atropelamento de pedestre em via férrea, configura-se a concorrência de causas, impondo a redução da indenização por dano moral pela metade, quando: (i) a concessionária do transporte ferroviário descumpre o dever de cercar e fiscalizar os limites da linha férrea, mormente em locais urbanos e populosos, adotando conduta negligente no tocante às necessárias práticas de cuidado e vigilância tendentes a evitar a ocorrência de sinistros; e (ii) a vítima adota conduta imprudente, atravessando a via férrea em local inapropriado.

O julgado recebeu a seguinte ementa, com destaque para a tese relevante para o deslinde da presente controvérsia:

RESPONSABILIDADE CIVIL. RECURSO ESPECIAL SUBMETIDO À SISTEMÁTICA PREVISTA NO ART. 543-C DO CPC. ACIDENTE FERROVIÁRIO. VÍTIMA FATAL. CONCORRÊNCIA DE CAUSAS: CONDUTA IMPRUDENTE DA VÍTIMA E DESCUMPRIMENTO DO DEVER LEGAL DE SEGURANÇA E FISCALIZAÇÃO DA LINHA FÉRREA. REDUÇÃO DA INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS PELA METADE. INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS. NÃO COMPROVAÇÃO DE DEPENDÊNCIA ECONÔMICA PELOS GENITORES. VÍTIMA MAIOR COM QUATRO FILHOS. SÚMULA 7 DO STJ.

1. A responsabilidade civil do Estado ou de delegatário de serviço público, no caso de conduta omissiva, só se concretiza quando presentes estiverem os elementos que caracterizam a culpa, a qual se origina, na espécie, do descumprimento do dever legal atribuído ao Poder Público de impedir a consumação do dano. Nesse segmento, para configuração do dever de reparação da concessionária em decorrência de atropelamento de transeunte em via férrea, devem ser comprovados o fato administrativo, o dano, o nexo direto de causalidade e a culpa.

2. A culpa da prestadora do serviço de transporte ferroviário configura-se, no caso de atropelamento de transeunte na via férrea, quando existente omissão ou negligência do dever de vedação física das faixas de domínio da ferrovia - com muros e cercas - bem como da sinalização e da fiscalização dessas medidas garantidoras da segurança na circulação da população. Precedentes.

3. A exemplo de outros diplomas legais anteriores, o Regulamento dos Transportes Ferroviários (Decreto 1.832/1996) disciplinou a segurança nos serviços ferroviários (art. 1º, inciso IV), impondo às administrações ferroviárias o cumprimento de medidas de segurança e regularidade do tráfego (art. 4º, I) bem como, nos termos do 'inciso IV do art. 54, a adoção de "medidas de natureza técnica, administrativa,

de segurança e educativas destinadas a prevenir acidentes". Outrossim, atribuiu-lhes a função de vigilância, inclusive, quando necessário, em ação harmônica com as autoridades policiais (art. 55).

4. No caso sob exame, a instância ordinária consignou a concorrência de causas, uma vez que, concomitantemente à negligência da concessionária ao não se cercar das práticas de cuidado necessário para evitar a ocorrência de sinistros, houve imprudência na conduta da vítima, que atravessou a linha férrea em local inapropriado, próximo a uma passarela, o que acarreta a redução da indenização por dano moral à metade.

5. Para efeitos do art. 543-C do CPC: **no caso de atropelamento de pedestre em via férrea, configura-se a concorrência de causas, impondo a redução da indenização por dano moral pela metade, quando: (i) a concessionária do transporte ferroviário descumpra o dever de cercar e fiscalizar os limites da linha férrea, mormente em locais urbanos e populosos, adotando conduta negligente no tocante às necessárias práticas de cuidado e vigilância tendentes a evitar a ocorrência de sinistros; e (ii) a vítima adota conduta imprudente, atravessando a via férrea em local inapropriado.**

6. Recurso especial parcialmente conhecido e, nesta extensão, parcialmente provido. Acórdão submetido ao regime do art. 543-C do CPC e da Resolução STJ 08/2008.

O Tribunal de origem, com esteio nos elementos fático-probatórios acostados aos autos, asseverou que a "alegação da ré, de que a linha férrea, onde ocorreu o sinistro, dispunha de cercas de proteção, não restou demonstrada, senão, ao contrário, confirmando-se que não havia passagem de nível, no local não havendo '...cancela, sinalização, tais como placas ou luzes e nem passarela para travessia de pedestres, existindo somente um semáforo para entroncamento de trens' (fls. 263/265)" (e-STJ, fl. 128).

Como se observa, a Corte de origem concluiu pela existência de negligência do dever de vedação e de sinalização da ferrovia, o que não se coaduna com a alegação de culpa exclusiva da vítima.

Portanto, a pretexto de garantir a observância de acórdão proferido em julgamento de recurso especial repetitivo, o que se constata é que a reclamante veicula apenas insatisfação com a interpretação dada pelo Tribunal de origem aos fatos da causa.

Ocorre que a reclamação constitui-se medida excepcional, não podendo ser utilizada como sucedâneo recursal ou como meio de obtenção do re julgamento da demanda,

Superior Tribunal de Justiça

a partir do reexame das premissas fáticas assentadas pela Corte local.

Nesse contexto, a rejeição do pedido liminar é impositiva.

Dessa forma, sem prejuízo de nova análise após as informações, **indefiro a liminar pleiteada.**

Solicitem-se informações ao Juízo reclamado acerca dos fatos narrados na presente reclamação.

Cite-se a parte beneficiária da decisão impugnada para apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias.

Após, abra-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator